

“Itens Culturais-Específicos em Tradução”, de Javier Franco Aixelá

Traduzido do inglês por:

Mayara Matsu Marinho*

Roseni Silva*

Tradução recebida em: 20/02/2013

Tradução aceita em: 05/08/2013

Introdução das tradutoras

Javier Franco Aixelá é professor na Universidade de Alicante, Espanha, no Departamento de Tradução e Interpretação. Trabalha com tradução inglês-espanhol, nas áreas de história da tradução e influência da cultura na tradução. Segundo a Revista de Tradução Especializada (*JoSTrans – The Journal of Specialized Translation*), ele é responsável pela tradução e publicação de mais de 40 livros na Espanha.

No presente texto, Franco Aixelá faz uma categorização de diversas estratégias de tradução, explicando-as por meio de exemplos da literatura, considerando os contextos das culturas das línguas de partida e de chegada. Mediante a necessidade de discutir a importância dos itens culturais no processo tradutório e sua relevância para os Estudos da Tradução, constatou-se a imprescindibilidade da tradução do mesmo para o português, permitindo sua difusão entre os pesquisadores e tradutores. Assim, primeiramente contactamos o autor, que gentilmente nos permitiu traduzir seu texto e, posteriormente, obtivemos a permissão da editora para a publicação do mesmo.

* UFSC, maymarinho@yahoo.com.br

* UFSC, rosenisilva@yahoo.com.br

Sobre os Aspectos Culturais da Tradução

Traduzir é, acima de tudo, um processo complexo de reescrita que, ao longo da história, tem se mostrado presente em várias situações teóricas e práticas conflitantes. Se há uma coisa que se pode afirmar sem nenhuma dúvida sobre tradução é a sua historicidade, que caminha junto à noção de linguagem e à noção do *outro* que cada comunidade linguística tem tido ao longo de sua existência. O fato de que em qualquer caso e em qualquer momento a tradução mistura duas ou mais culturas (não podemos esquecer o fenômeno, bastante comum, das traduções mediadas ou de segunda mão, como as traduções de traduções), implica em um equilíbrio instável de poder, um equilíbrio que dependerá em grande parte do peso relativo da cultura exportadora e de como ela é sentida na cultura receptora. Trata-se da cultura em que a língua do texto alvo é quase sempre elaborada e, portanto, a que geralmente toma as decisões sobre o modo como uma tradução é feita (começando com a decisão de se traduzir ou não um texto).

A princípio, uma tradução oferecida como tal aos leitores, tenta por definição, satisfazer dois pré-requisitos básicos que Gideon Toury define da seguinte maneira:

A tradução literária é o produto de um procedimento complexo, inevitavelmente envolvendo duas línguas e duas tradições literárias, ou seja, dois conjuntos de sistemas de normas. Assim, o “valor” por trás das normas da tradução literária pode ser descrito como tendo dois elementos principais (que podem ser facilmente subdivididos a seguir):

1) ser uma obra (texto) literária relevante na LA [língua alvo] (ou seja, que ocupe uma posição apropriada ou preencha a “lacuna” apropriada no polissistema literário alvo).

2) ser uma tradução (ou seja, constituir uma representação na LA de um outro texto pré-existente em outra língua, LF [língua fonte], pertencente a outro polissistema literário, o da fonte, e ocupar uma certa posição neste).

Assim, esse “valor” contém condições que derivam de duas fontes essencialmente diferentes e geralmente incompatíveis, senão diametralmente oposta uma à outra. (Nesta conexão, pode-se relembrar da formulação semipopular dessa oposição entre “ler como um original” e “ler como o original”)¹.

Esta demanda de dupla “lealdade” se expressa em quatro campos básicos:

In-Traduções, ISSN 2176-7904, Florianópolis, v. 5, n. 8, p.185-218, ene./jun., 2013.

Diversidade linguística

Os códigos linguísticos em si são sistemas arbitrários nos quais a função e o significado de cada signo dependem principalmente de sua oposição a outros signos, e não de uma suposta relação objetiva de equivalência com o *continuum* denominado realidade. A noção de arbitrariedade não possibilita que dois códigos linguísticos coloquem cada signo no mesmo ponto de suas respectivas escalas. Esse tipo de anisomorfismo já foi tratado exhaustivamente por autores como Mounin².

Diversidade interpretativa

É derivada do ato de ler que qualquer tradução envolve e que parece ser um dos fatores mais polêmicos na teoria da tradução³, na medida em que em alguns casos, dentro da equação 'tradução=arte', solidificou-se em uma posição defensiva para aqueles que questionam a possibilidade de uma abordagem científica para a tradução.

Diversidade intertextual ou pragmática

É baseada nas convenções expressivas para cada tipo de discurso, que diferem em cada sociedade⁴.

Diversidade cultural

Além de sua variante, distância histórica. Focarei aqui neste tipo de anisomorfismo.

Cada comunidade linguística ou comunidade linguística-nacional tem à sua disposição uma série de hábitos, julgamento de valores, sistemas de classificação, entre outros, que são às vezes muito diferentes e às vezes parecidos. Dessa forma, as culturas criam um fator de variabilidade que o tradutor terá que levar em conta.

Atualmente, há um claro reconhecimento do papel fundamental que a transferência cultural tem na tradução, fato que fica claro se pensarmos na presença do termo "cultural" e suas derivações em uma proporção significativa da bibliografia moderna na tradução. A assimetria cultural entre duas comunidades linguísticas é

refletida necessariamente nos discursos de seus membros, com a potencial opacidade e inaceitabilidade que possa envolver no sistema cultural alvo. Assim, frente à diferença trazida pelo *outro*, com toda uma série de sinais culturais capazes de negar e/ou questionar nosso próprio estilo de vida, a tradução possibilita à sociedade receptora uma ampla variedade de estratégias, variando da conservação (aceitação da diferença por meio da reprodução dos sinais culturais no texto fonte), à naturalização (transformação do outro em uma réplica cultural). A escolha entre essas estratégias mostrará, entre outros fatores, o grau de tolerância da sociedade receptora e sua própria solidez.

Pesquisas na área parecem indicar que no mundo ocidental há uma clara tendência, com a exceção dos gêneros técnicos, em direção à aceitabilidade máxima, indo de encontro, por exemplo, ao que Toury define acima como “ler como *um* original”. A escolha está longe de ser inocente, mesmo nos casos (frequentes) em que os tradutores decidem o que fazem de forma automática. Por exemplo, adequar-se às normas implícitas ou explícitas do “bom tradutor” que garantirá a aceitação de sua tradução, pelo menos, pelo iniciador e pelos poderes (editoras, críticos literários, etc.), responsáveis por sancionarem qualquer tipo de texto com que os tradutores possam estar trabalhando. Uma consequência direta desta estratégia pode ser o que Venuti diz: “um trabalho de aculturação que domestica o texto estrangeiro, deixando-o inteligível e mesmo familiar ao leitor da língua alvo, proporcionando-lhe uma experiência narcisista de reconhecer seu próprio outro cultural”⁵.

Contudo, ao mesmo tempo estamos imersos em um processo óbvio de internacionalização cultural focada no polo anglo-saxão. A importação constante de itens de consumo (cultural e outros) da América de língua inglesa não implica somente em uma familiaridade crescente de diversas sociedades com a visão anglo-saxônica, mas também em um claro processo de aceitabilidade de seus valores e realidade cultural específica. Além disso, estabelece uma série de estratégias de tradução que mais tarde é mimeticamente aplicada em textos de outras áreas culturais.

As duas primeiras “leis de traduzibilidade” propostas por Itamar Even-Zohar⁶ e depois revisadas por Gideon Toury⁷, sustentam que a “traduzibilidade é alta quando as

tradições textuais envolvidas são paralelas” e quando “houve contato entre as duas tradições”. O termo “alto” é compreendido como a existência no polo receptor de um repertório de soluções previamente aceitas e esperadas pelos leitores do texto alvo.

Parece claro que essas condições têm sido cumpridas na relação estabelecida entre os Estados Unidos e a Europa Ocidental nas últimas décadas. Nesta relação, bastaria referir-se a alguns dados de tradução em alguns países. Assim, García Yebra⁸ afirma que em 1979 um quarto de todas as publicações na Espanha eram traduções, e metade destas eram de textos fonte em inglês. Venuti⁹ fala de números atuais semelhantes na Itália, com o interessante acréscimo de que se nos restringirmos a textos literários, a tradução é responsável por 50% a 90% dos livros publicados, dependendo da editora. As coisas são bem diferentes na direção oposta: Venuti afirma, mais uma vez, que entre 1984 e 1990 as traduções eram responsáveis por 3,5% do total dos trabalhos publicados nos EUA e 2,5% no Reino Unido.

Essa influência unidirecional¹⁰ e supremacia esmagadora na maioria dos canais da mídia popular (até 80% do mercado do cinema espanhol, segundo dados do jornal em abril e maio de 1994, quando o conflito relacionado à percentagem de filmes norte americanos na União Europeia estava em seu auge) implicam que a sociedade receptora esteja sujeita a uma familiaridade progressiva com a cultura anglo-saxônica. Os tradutores são certamente afetados por esse processo que, entre outras coisas, aumenta o número de realidades socioculturais, as quais demandam menos manipulação para serem aceitas na cultura alvo. A este respeito, a comparação entre as reações dos tradutores aos mesmos estímulos ao longo do tempo se torna muito reveladora. Assim, B. Bödeker¹¹ comenta sobre a mudança que aconteceu na tradução da palavra *saloon* em diversas versões da mesma obra. Nas primeiras obras, esta palavra foi substituída por termos funcionalmente equivalentes, que eram mais próximos do polo receptor alemão, em um sentido cultural. Já nas duas últimas traduções, ela foi transferida por meio da estratégia de repetição e não-tradução, permitindo assim sua entrada no universo cultural receptor. Da mesma forma, entre as traduções de *O Falcão Maltês*, constatei que a versão de 1933 oferece um termo esportivo como *golf* em itálico, destacando sua natureza exótica, logo sua

especificidade cultural inglesa; já as versões de 1967 e 1992 repetem o termo sem nenhuma marca tipográfica, sinalizando dúvidas sobre sua especificidade inglesa.

Parece lógico pensar que o sistema exportador está em uma posição de hegemonia sobre o importador. Isso ocasiona a importação massiva de itens culturais em condições muito similares àquelas obtidas no quadro original, apesar de algumas exceções que comentarei posteriormente e que estão, principalmente, relacionadas à natureza do item cultural, ao gênero e ao leitor comum para quem a tradução é dirigida.

O que eu falei até agora nos coloca à frente de um paradoxo já retratado por James S. Holmes:

Dentre os tradutores contemporâneos, por exemplo, parece haver uma tendência em direção à modernização e à naturalização do contexto linguístico, paralela a uma tendência similar, mas menos clara, na mesma direção em relação ao intertexto literário. Contudo, há uma tendência oposta em direção à exotização e historicização na situação sociocultural¹².

Holmes e outros autores também afirmam que o tratamento de itens culturais era quase o oposto nos séculos anteriores. Essa mudança é geralmente explicada como um desenvolvimento da noção coletiva de linguagem em relação à ideia de sua não-universalidade essencial¹³. Todavia, é preciso saber que isso nos deixa sem explicação para a aparente contradição de tal diferença de tratamento entre os planos linguístico e pragmático por um lado, e o plano cultural por outro lado. Como exemplo, pode-se citar a contradição pela qual traduções atuais tendem a serem lidas como *um* original no nível estilístico e como o original no nível sociocultural.

Os itens culturais-específicos são geralmente expressados em um texto por meio de objetos e sistemas de classificação e medida, cujos usos estão restritos à cultura fonte, ou por meio da transcrição de opiniões e descrição de hábitos igualmente desconhecidos pela cultura alvo. Em ambos os casos, são geralmente manifestações de natureza superficial, fora da estrutura do texto. Já os níveis linguístico e pragmático, dado que eles são a materialização do modo de falar, parecem constituir um dos suportes básicos da estrutura do texto. Além disso, eles apresentam uma codificação diferente, que para os membros do polo alvo que não são bilíngues (por exemplo, o

In-Traduções, ISSN 2176-7904, Florianópolis, v. 5, n. 8, p.185-218, ene./jun., 2013.

leitor comum de tradução de texto não-técnico), seria quase impossível perceber os objetivos estético, informativo, emocional ou outros que a maioria das traduções tenta alcançar. Isso resulta em uma tradução com perda financeira para os iniciadores em um período histórico, caracterizado por uma clara democratização do componente comercial de cultura. Talvez este seja o campo onde devemos procurar por, pelo menos, parte da explicação dessa disparidade de critérios, frequentemente observável no modo em que os três tipos de manifestações são traduzidos.

Itens culturais-específicos

O primeiro problema que nós encontramos nos estudos dos aspectos culturais da tradução é como conceber uma ferramenta adequada para nossa análise e a noção de item cultural-específico (ICE) que nos permitirá definir estritamente o componente cultural como oposto aos, digamos, componentes linguísticos ou pragmáticos. A maior dificuldade com as definições se refere, claro, ao fato de que em uma língua tudo é produzido culturalmente, a começar pela língua propriamente dita.

Há uma tendência comum em identificar os ICEs como aqueles itens relacionados especialmente com a área mais arbitrária de cada sistema linguístico – suas instituições locais, ruas, personagens históricos, nomes de lugares, nomes próprios, jornais, obras de arte, etc. – que geralmente apresentarão problemas na tradução em outras línguas¹⁴. Porém, a aparição constante de itens textuais que não parecem menos arbitrários que aqueles do que a média, cujo problema de tradução pode ser explicado apenas recorrendo a uma lacuna intercultural, força o estudioso de tradução a expandir sua visão.

Em geral, quando os autores falam sobre “referências culturais”, “termos socioculturais”, entre outros, os mesmos evitam qualquer definição desses termos, atribuindo o significado dessas noções a uma série de intuições coletivas. Essa opção parece ter duas armadilhas principais: sua arbitrariedade excessiva e, mais importante, seu caráter estático, paralelo à ideia de que há ICEs permanentes, independente do par

de cultura que está envolvido e da função textual (em um texto ou em outro) do item estudado.

Se no atual estado dos estudos da tradução nós aprendemos alguma coisa sobre a tradução e relações interculturais, é com relação à sua natureza dinâmica. Dois elementos não retêm a mesma relação por um período de tempo prolongado. Assim, se nós procuramos uma definição útil de problema de tradução para os estudos da tradução, mas mantemos que apenas as traduções reais podem ser estudadas, tais traduções terão que fornecer os critérios para soluções desse problema. Como M. Snell-Hornby afirma:

... os problemas não dependem do texto fonte em si, mas do significado do texto traduzido para seus leitores enquanto membros de uma determinada cultura, ou de um subgrupo dentro da mesma, com a gama de conhecimento, princípios e percepções que eles desenvolveram a partir dela¹⁵.

Em outras palavras, na tradução, um ICE não existe por si só, mas como resultado de um conflito vindo de qualquer referência representada linguisticamente em um texto fonte que, quando transferido para a língua alvo, constitui um problema de tradução em virtude da inexistência ou do diferente valor (tanto determinado pela ideologia, uso, frequência, etc.) do item dado na cultura da língua alvo.

Seguem alguns exemplos. Na tradução da Bíblia, por exemplo, há o argumento clássico sobre como traduzir a imagem do “cordeiro” para línguas em cujas culturas esse animal é desconhecido ou, se conhecido, não tem conotações de inocência, desamparo, entre outros. Dessa forma, a tradução de “cordeiro” do hebraico para línguas de esquimós irá adquirir, a princípio, o status de um ICE e se tornará um problema de tradução. Por outro lado, isso não se constituirá como um item cultural-específico em sua tradução para o espanhol e inglês, dada a sua carga comparável intertextualmente como um animal puro e sacrificável nas três línguas.

Outro exemplo trazido por Frank & Bödeker¹⁶ é a primeira linha de *A Terra Inútil* (“abril é o mês mais cruel [...]”). Na tradução inglesa nós aprendemos que abril ocupa o lugar de mês lírico e é associado a flores e à primavera. Na Alemanha (e Espanha),

esse lugar é ocupado por maio. A lacuna intercultural seria maior (e teria implicações diferentes) se a tradução fosse feita para uma língua cuja tradução intertextual tivesse abril, por exemplo, como um mês dos furacões mais devastadores.

É assim que surge um problema cultural na tradução, relacionado ao par de línguas em uso: um ICE com o qual os tradutores terão que lidar de alguma maneira. Eles irão agir consciente ou inconscientemente, tomando como ponto de partida (para serem mantidas ou transgredidas¹⁷) as normas tradutórias (convenções de gênero, intertextualidade, credibilidade, interferência, etc.), esperadas pelo iniciador, críticos e/ou leitores.

Em ambos os exemplos, há outro problema que deve ser discutido. Ambos os ICEs estão em situações textuais concretas. Retomando o mês de abril, uma referência neutra, por exemplo, para o aniversário de um personagem nesse mês não seria, a princípio, um ICE entre inglês e espanhol (mas seria entre inglês e uma língua que organizasse o tempo de modo diferente).

Devemos buscar, no entanto, desenvolver nossa tentativa de definir itens culturais-específicos nos termos da dupla tensão mencionada acima, a qual qualquer tradução está sujeita: *Aqueles itens textualmente efetivados, cujas conotações e função em um texto fonte se configuram em um problema de tradução em sua transferência para um texto alvo, sempre que esse problema for um produto da inexistência do item referido ou de seu status intertextual diferente no sistema da cultura dos leitores do texto alvo.*

Essa definição deixa a porta aberta para qualquer item linguístico ser um ICE, dependendo não apenas dele próprio, mas também da sua função no texto e de como é percebido na cultura de chegada. Um ICE constitui, por exemplo, um problema de opacidade ideológica ou cultural, ou de aceitabilidade para o leitor comum ou para qualquer agente com poder na cultura alvo. Este fato implica, certamente, em uma flexibilidade que não é apenas inevitável, mas desejável se quisermos manter a noção de ICE aberta à evolução intercultural entre comunidades linguísticas. Assim, um terceiro componente na natureza de um ICE é o decorrer do tempo e a possibilidade

óbvia que objetos, hábitos ou valores, uma vez restritos a uma comunidade, passam a ser compartilhados por outras.

Por outro lado, se for verdade que um ICE é apenas um ICE em sua materialização textual, e sempre do ponto de vista do grupo que recebe a mensagem, também é um fato que a maioria dos itens linguísticos que parecem ser ICEs em um texto concreto quase sempre são ICEs, simplesmente porque seu diferencial cultural tende a ser sincronicamente estável entre dois povos, independente de sua posição textual. É esta regularidade que tem permitido estudiosos de tradução estabelecerem categorias *a priori* de ICEs e construírem sentido. Isso também lhes permite estabelecer e discutir as situações mais arquetípicas, nas quais esses itens aparecem.

Assim, podemos distinguir duas categorias básicas do ponto de vista do tradutor: nomes próprios e expressões comuns (por falta de um termo melhor para abranger o mundo de objetos, instituições, hábitos e opiniões, restritos a cada cultura e que não podem ser incluídos no campo dos nomes próprios). Do ponto de vista da tradução atual, a maioria dos nomes próprios parece apresentar a característica básica de se adaptar de uma forma natural a normas tradutórias pré-estabelecidas – o que não significa que cada um deles esteja sempre sujeito à mesma estratégia de tradução, independente do contexto e/ou leitor comum. Isso não é de forma alguma um fato a-histórico, porque pelo menos na Espanha no começo do século, havia fortes argumentos sobre, por exemplo, como os nomes ingleses cristãos deveriam ser traduzidos¹⁸. Esse tipo de nome próprio continuou em estado de indefinição até depois dos anos 50, como podemos evidenciar ao estudarmos as hesitações que ainda afetam gêneros secundários como a literatura infantil. Podemos encontrar então mais provas desse desenvolvimento de estratégias tradutórias, por exemplo, na versão espanhola estabelecida de muitos primeiros nomes nas obras de Shakespeare. Muitos destes ainda são verdadeiros nomes espanhóis em virtude de suas primeiras entradas em nossa tradição textual (no entanto, é claro, as normas atuais advertem os tradutores e intérpretes a manterem aqueles mesmos nomes próprios em sua forma inglesa quando vêm de uma fonte moderna não relacionada a Shakespeare).

De acordo com T. Hermans¹⁹, os nomes próprios podem ser divididos em duas categorias: convencionais e carregados. Os nomes próprios convencionais são aqueles “vistos como ‘desmotivados’, não tendo significados próprios”, como aqueles que se enquadram sob a percepção coletiva que nós temos de nomes próprios “sem significado”, além das analogias textuais ou intertextuais possíveis que os autores – infelizmente para os tradutores – tendem a ativar. Os nomes próprios carregados são “aqueles nomes literários que são de alguma forma vistos como ‘motivados’; eles variam de nomes e apelidos vagamente sugestivos a notoriamente ‘expressivos’, e incluem aqueles ficcionais, assim como nomes não ficcionais, cujas associações históricas ou culturais resultaram no contexto de uma cultura particular”. No caso dos nomes convencionais, há hoje em dia uma tendência clara a repetir, transcrever ou transliterá-los nos gêneros primários, exceto quando há uma tradução pré-estabelecida baseada em tradição (importantes topônimos, nomes históricos ficcionais ou não ficcionais, como santos, reis, etc.). Os nomes carregados têm uma margem muito maior de indeterminação, mas eles parecem mostrar uma tendência voltada à tradução linguística (denotativa ou não cultural) de seus componentes, uma tendência que aumenta com sua expressividade.

Os ICEs que não são nomes próprios tornam as coisas muito mais complicadas, e os fatores supratextuais, textuais ou intratextuais, assim como a natureza do ICE, adquirem uma importância muito maior.

Os ICEs e suas possíveis manipulações

Por razões de eficiência metodológica, achei conveniente tentar agrupar todas as estratégias possíveis aplicadas aos ICEs na tradução. Esta classificação também é guiada por uma tentativa de ordená-las baseada no grau de manipulação intercultural. Assim, obteremos um quadro que nos permitirá descobrir rapidamente a tendência geral de uma tradução com relação à dupla tensão discutida no início deste artigo (ser uma representação de um texto fonte e ser um texto válido em si), que é talvez a opção

preliminar mais importante quando queremos descobrir a noção de tradução aplicada em um texto.

Como qualquer categorização consciente de realidade, a minha é destinada a ter um uso metodológico e não a descrever objetivamente classes supostamente pré-existentes. Haverá, sem dúvida, casos extremos de natureza confusa ou de sobreposição que terão que ser registrados como tais. Se há muitos assim, a validade desta escala de estratégias de tradução será falsificada.

Estes procedimentos de tradução podem ser combinados – e são de fato combinados – e não há nada de estranho em um mesmo tradutor usar estratégias diferentes para tratar de um ICE potencial idêntico no mesmo texto alvo²⁰. Mas por um lado, há muitos fatores textuais que têm uma influência decisiva na opção tomada em cada caso e, por outro, o elemento relevante e representativo é a regularidade das opções escolhidas, enquanto as exceções atuarão como fatores modificantes com a importância que deverá ser julgada de acordo com sua relevância e recorrência textual em vários textos alvos²¹.

Tentarei explicar as diferentes categorias e adicionarei exemplos do inglês para a tradução espanhola de textos reais, especialmente das três traduções de *O Falcão Maltês*, de D. Hammett. Primeiro colocarei o original em inglês, depois uma tradução em espanhol e, finalmente, uma retradução palavra por palavra para o inglês, desde que isto não constitua uma mera repetição ou uma leve variação.

A escala, do menor para o maior grau de manipulação intercultural, é dividida em dois grupos principais separados pela sua natureza conservativa ou substitutiva, ou seja, pela conservação ou substituição da(s) referência(s) original(ais) por outra(s) mais próxima(s) do polo receptor.

Conservação

Repetição

Os tradutores mantêm o máximo possível da referência original. O exemplo óbvio aqui é o tratamento da maioria dos topônimos (*Seattle* → *Seattle*). Paradoxalmente, esta estratégia “respeitosa” envolve, em muitos casos, um aumento no caráter exótico e

arcaico do ICE, que é sentido mais estranhamente pelo leitor da língua alvo, por causa de sua forma linguística e distância cultural²². Isto nos lembra um dos paradoxos de tradução e uma das maiores armadilhas da noção tradicional de equivalência: o fato de que algo absolutamente idêntico, mesmo em seu componente gráfico, pode ser absolutamente diferente em sua recepção coletiva.

Adaptação ortográfica

Esta estratégia inclui procedimentos como transcrição e transliteração, usados principalmente quando a referência original é expressa em um alfabeto diferente do que os leitores alvo utilizam. No caso da tradução do inglês para o espanhol, esta era uma estratégia relativamente frequente até os anos 50, enquanto atualmente há uma clara tendência ao máximo respeito pelas formas inglesas quando não há vontade de traduzi-las em referências espanholas pré-existentes. Hoje, este procedimento é reservado principalmente para a integração de referências de culturas terceiras (nomes russos em obras inglesas, etc.) e para a transferência de palavras “mal escritas”, do espanhol para textos em inglês.

Assim, na tradução de *O Falcão Maltês*, por Casas Gancedo (1933), um russo chamado *Kemidov*, em inglês se torna *Kemidof*, enquanto Calleja (1969) transcreve “Jose”, o nome da inscrição (de “*Josephine*”, uma amiga de Hammett), como “José”, provavelmente confundindo-o com este nome masculino espanhol e, em ambos os casos, tentando a correção, uma das normas de tradução mais impregnada²³.

Tradução linguística (não-cultural)

Com o apoio de traduções pré-estabelecidas no *corpus* intertextual da língua alvo, ou fazendo uso da transparência linguística do ICE²⁴, o tradutor escolhe, em muitos casos, uma referência denotativa muito próxima do original, aumentando sua compreensão ao oferecer uma versão da língua alvo que ainda pode ser reconhecida como pertencente ao sistema cultural do texto fonte.

As unidades de medida e as moedas são exemplos muito frequentes dessa estratégia (*dollars* → *dólares*; *inch* → *pulgada*, que é uma unidade não usada na

Espanha). Da mesma forma, os objetos e as instituições que são estranhos à cultura receptora, mas compreensíveis por serem análogas e mesmo homólogas às nativas, geralmente vêm na mesma categoria (*Grand Jury* → *gran jurado* → *big jury* – frase que só faz sentido em espanhol se em conexão com a estadunidense, já que praticamente nunca existiu nenhum tipo de júri na Espanha).

Explicação extratextual

O tradutor usa um dos procedimentos mencionados acima, mas considera necessário oferecer alguma explicação do significado ou implicações do ICE. Ao mesmo tempo, não parece legítimo ou conveniente misturar esta explicação com o texto. A decisão, então, é distinguir o comentário indicando-o (nota de rodapé, nota de fim, glossário, comentário/tradução entre parênteses, em itálico, etc.).

Este procedimento é usado o tempo todo no tratamento de citações em terceiras línguas e, tradicionalmente na Espanha, para oferecer dados sobre pessoas famosas e explicar trocadilhos, que são geralmente ditos “intraduzíveis”. Nas traduções que estudei para este artigo há somente um comentário extratextual ligado a um ICE: [*Arnold Rothstein* → *Célebre gángster de los años 1920. (N. del T.)* → *Famous ganster of the years 1920. (Translator’s Note)*].

Explicação intratextual

Este é o mesmo que o caso anterior, mas os tradutores acham que podem ou devem incluir seu comentário em uma parte indistinta do texto, geralmente para não atrapalhar a atenção do leitor. [*five feet eight* → *cinco pies com ocho pulgadas* → *five feet with eight inches*; *St. Mark* → *Hotel St. Mark*].

Este procedimento oferece uma variação dada geralmente à necessidade de desfazer ambiguidades, um dos traços mais universais da tradução. Estou falando do que poderia ser descrito como estratégia de explicitação, que consiste em explicitar algo que está só em parte revelado no texto original (adicionando, por exemplo, o primeiro nome dos personagens só chamados pelos seus nomes cristãos) ou que aparece substituído por um pronome.

Substituição

Sinônimos

Esta estratégia é geralmente baseada nos níveis estilísticos ligados à recorrência que discuto na sessão anterior. O tradutor recorre a algum tipo de sinônimo ou referência paralela para evitar repetir o ICE. Assim, em uma das traduções de *O Falcão Maltês* que estudaremos (Casas Gancedo, 1933), *Spade* aparece repetido na maioria dos casos, omitido em alguns e em outros por meio de duas referências principais: “*Samuel*” (seu nome cristão no lugar de seu sobrenome) e “*El mefistofélico rubio*” → “*The mephistophelian blond*”. Na mesma tradução, achamos que uma repetição de “*Bacardi*” leva o tradutor a substituir a segunda referência (“*He had drunk his third glass of Bacardi*”) por “*Acababa de tomar su tercera libación del sabroso aguardente de caña*” (*He had just had his third libation of the delicious liquor of sugar cane*), e a terceira, um pouco distante das outras, torna-se um simples “*ron*” (rum).

Universalização limitada

A princípio, os tradutores acham que o ICE é muito obscuro para seus leitores ou que há um outro, mais comum, e decide substituí-lo. Geralmente, por causa da credibilidade, eles procuram outra referência pertencente também à cultura da língua fonte, mais próxima de seus leitores, outro ICE, porém menos específico. [*five grand* → *cinco mil dólares* → *five thousand dollars*; *an American football* → *un balón de rugby* → *a ball of rugby*].

Universalização absoluta

A situação básica é idêntica à anterior, mas os tradutores não encontram um ICE mais conhecido ou preferem apagar quaisquer conotações estrangeiras e escolher uma referência neutra para seus leitores. [*corned beef* → *lonchas de jamón* → *slices of ham*; *a Chesterfield* → *un sofa* → *a sofa*].

Naturalização

O tradutor decide trazer o ICE para o corpus intertextual visto como específico pela cultura da língua alvo. Atualmente, essa estratégia não é muito usada na literatura (com a clara exceção de literatura infantil, que está começando a recusá-la também). [*Dollar* → *duro* (uma denominação de moeda ainda usada na Espanha); *Brigid* → *Brígida*].

Pode ser interessante comentar aqui que considerarei que as figuras históricas com traduções pré-estabelecidas em espanhol (por exemplo, *Queen Elizabeth* → *la reina Isabel*) não são casos de naturalização, mas de tradução linguística (não-cultural), já que nenhum leitor espanhol consideraria que essas versões envolvem algum tipo de substituição cultural, pelo fato de o nome ainda ser considerado parte da cultura da língua fonte (a pessoa é ainda parte da cultura inglesa, mesmo se for transcrita em termos espanhóis para manter a tradição).

Eliminação

Os tradutores consideram o ICE inaceitável nos níveis ideológico ou estilístico, pois acreditam que o mesmo não é suficientemente relevante para o esforço de compreensão exigido de seus leitores. Ou, ainda, que é muito obscuro e não lhes é permitido ou não querem usar procedimentos como o comentário, etc. Os tradutores decidem, portanto, omiti-lo no texto alvo. [*dark Cadillac sedan* → *Cadillac oscuro* → *dark Cadillac*; *Casper Gutman, Esquire* → *Casper Gutman*].

Este procedimento é muito mais usado do que muitos estudiosos da tradução prescritiva gostariam de reconhecer, como será mostrado na última seção deste trabalho.

Criação autônoma

Esta é uma estratégia muito pouco usada, em que os tradutores (ou geralmente seus iniciadores) decidem que poderia ser interessante colocar algumas referências culturais não existentes no texto fonte para seus leitores. A tradução de títulos de filmes na Espanha parece ser um dos campos em que a maioria dos exemplos desse tipo de tradução é encontrada.

Dentre os textos estudados para este trabalho, o melhor exemplo – surpreendentemente um exemplo duplo – que temos é a justificativa do título do livro em espanhol (*El halcón del rey de España* → “*The Falcon of the King of Spain*”): [*“Shall we stand here and shed tears and call each other names? Or shall we” – he paused and his smile was a cherub’s – ‘go to Constantinople?’* → *¿Que nos quedemos aqui derramando lágrimas como Magdalenas o que vayamos a Constantinopla em busca del verdadero halcón del rey de España?* → *Shall we stay here shedding tears like Magdalens or shall we go to Constantinople in search of the real falcon of the king of Spain?*).

Há outras estratégias potenciais como a compensação (eliminação + criação autônoma em outro ponto do texto com um efeito similar), a deslocação (deslocamento no texto de uma mesma referência), ou a atenuação (substituição, em níveis ideológicos, de algo “muito forte” ou de alguma forma inaceitável, por algo “mais leve”, mais adequado à tradição de escrita do polo alvo, ou ao que poderia, em teoria, ser esperado por leitores). A atenuação parece ser a estratégia mais promissora das que ficaram fora da minha classificação e é, obviamente, usada na tradução tanto de gíria para o espanhol, quanto nos gêneros secundários como a literatura infantil em diversos países²⁵. De qualquer forma, a utilidade metodológica em incluir essas estratégias na escala terá que ser determinada por estudos posteriores de textos reais.

Variáveis explanatórias

As razões que impelem tradutores em casos particulares a escolherem alguma das estratégias tradutórias acima podem ser muito complexas²⁶. Esta seção vai tentar estabelecer uma série de variáveis supratextuais, textuais, intratextuais e inerentes, cuja combinação pode ajudar a explicar a escolha feita pelos tradutores. A estrutura explanatória do estudo vai envolver uma série de etapas que apresentarei em uma ordem lógica, de menor a maior distância entre cada ICE particular. As diversas variáveis são, na verdade, interdependentes e, assim, passíveis de modificarem uma à

outra no movimento para cima ou para baixo, por toda a escala metodológica que, geralmente, recebe o nome de “abordagem pêndulo”.

Na tentativa de explicar as possíveis razões que estão por trás das estratégias, geralmente falo dos “tradutores” quando exponho motivações potenciais para as diversas estratégias. É preciso afirmar aqui que tradutores são, geralmente, pessoas que carregam total responsabilidade pelo produto, mas em hipótese alguma os únicos que controlam de fato os resultados. Há outras pessoas com autoridade também, como editoras, editores, revisores, diretores, produtores, outros tipos de iniciadores, etc., que podem mudar qualquer coisa para adequar ao que eles acreditam corresponder às expectativas sociais. Isso, aliás, é um fato que dá ainda mais apoio à ideia de que o fator interpretativo apresentado pelo tradutor é de uma natureza relativamente secundária (pelo menos em um sentido estatístico), pois há outros agentes que colocarão em descrédito ou que normalmente não permitirão a publicação de trabalhos que estão muito inclinados a quebrar não somente normas tradutórias, mas as convenções pragmáticas e linguísticas da cultura da língua alvo, especialmente em países como Espanha ou França, que têm uma forte tradição da noção de correção do meio escrito.

A seguinte lista é uma mera tentativa. Ela inclui o que parecem ser aspectos essenciais para a compreensão de qualquer forma de traduzir. Não obstante, é uma lista aberta, cujos pontos menos importantes podem ser deixados de lado e qualquer aspecto importante pode ser adicionado. Os textos alvos é que dirão o que deve ser feito.

Parâmetro supratextual

Grau de prescritivismo linguístico

Há algum grupo importante ou instituição dedicada à preservação de convenções linguísticas ou estilísticas (Academias Reais de Língua, por exemplo) na língua alvo? A resposta a essa pergunta nos dará novas pistas sobre a atitude que tende à interferência ou que tende a convenções como a transcrição naturalista de diálogos.

A Espanha é tradicionalmente um país muito prescritivo. Isto explica por que até recentemente havia uma clara tendência à adaptação ortográfica ou tradução linguística de ICEs, incluindo nomes próprios convencionais. Isso acontecia em todos os gêneros, sempre que houvesse qualquer tipo de razão, geralmente de natureza etimológica, para sua manipulação. Este mesmo controle da parte da Academia Real de Língua sobre o meio escrito ajuda a explicar por que a tradução no cinema, teatro e televisão, tende a ser muito mais próxima à língua real do que a tradução de textos escritos.

Natureza e expectativas de leitores potenciais

É possível definir um grupo de destinatários para o texto alvo? A versão é planejada para algum grupo especial? Se for (não precisa ser), podemos compreender a possível diferença de tratamento de um texto fonte de modo a satisfazer as expectativas, por exemplo, de adolescentes ou estudantes de literatura. Este mesmo parâmetro, dentre outros, poderia também nos ajudar a explicar a razão para as normas especiais de tradução (muito orientada à fonte) em inglês-espanhol de alguns tipos de textos técnicos, dadas as expectativas e o jargão dos especialistas a quem estão sendo destinados.

Natureza e objetivos dos iniciadores

Os objetivos dos iniciadores estão em conflitos com os do tradutor ou com aqueles socialmente aceitos? Em questões como o tratamento de unidades de medida não métricas, é comum a uma editora impor normas tradutórias homogêneas²⁷ que transcendem a idiosincrasia de um tradutor que trabalhará, de maneira diferente, quando mudar o iniciador.

Existe ainda outro ponto ligado às exigências do iniciador. Há uma política da editora que estabelece condições especiais para o gênero ou a coleção? Por exemplo, comentando sobre a tradução de crime de ficção ou “Série Noire” na França entre 1955 e 1970, Clem Robyns²⁸ descreve uma coleção com um comprimento pré-estabelecido, o que forçou os tradutores a aplicarem uma intensa condensação ou diminuição dos textos originais, além da eliminação generalizada de referências carregadas

ideologicamente e opacas. Este é o mesmo ponto que A. Kemppinen²⁹ aborda quando fala sobre a tradução do romance romântico na Finlândia, nos anos 80.

Condições de trabalho, treinamento e *status* social do tradutor

Quanto mais desfavoráveis forem esses itens, mais provavelmente teremos que considerar o fator de comportamento não intencional ou (in)competência bilíngue e bicultural. Essas são, além disso, noções mais perigosas para o estudante de tradução, uma vez que as mesmas podem se tornar muito úteis quando algo for difícil de explicar.

Em muitos países, tradutores literários reclamam (nós certamente fazemos isso bastante na Espanha) das condições de trabalho que os forçam a traduzir muito rápido e quase sem tempo para revisão. Essas condições, junto com a falta de treinamento especializado em um país que, como a Espanha, não tinha até recentemente uma graduação em tradução na universidade, explica o número de incongruências e mal-entendidos óbvios. Um exemplo aparece na tradução de *Colheita Sangrenta*, de Dashiell Hammett, em que “*a parson named Hill*” se torna “*un tal Hill*” (alguém chamado Hill), por causa de uma provável confusão entre “*parson*” e “*person*”, e não como resultado de qualquer tipo de decisão consciente da parte do tradutor.

Parâmetro textual

Restrições textuais materiais

A existência de algum tipo de imagem que acompanha um texto pode ter uma influência decisiva na liberdade permitida a um tradutor, como fica claro se compararmos a dublagem com a tradução de teatro³⁰. Da mesma forma, o tratamento de ICEs em legendas de fotografia tem diferentes tipos de restrições.

Traduções prévias

As traduções prévias do mesmo gênero, autor ou texto fonte, impõem restrições ao texto alvo na medida em que tenham se tornado uma parte reconhecida da cultura da língua alvo. Como já mencionei, a existência de traduções prévias de obras clássicas, como Shakespeare, implica que qualquer referência a seus personagens

seja, geralmente, submetida a um processo de tradução linguística que o mesmo nome próprio convencional não teria que passar em condições normais.

Canonização

Complementando o ponto anterior, em que medida a consideração de uma obra enquanto um clássico, ou simplesmente como boa literatura, aumenta as restrições a que o tradutor está sujeito?

O status não canonizado de um texto pode causar, especialmente em uma literatura muito popular, uma tendência à condensação (eliminação de grandes partes do texto fonte), devido a restrições do sistema da língua alvo, o que explica também as restrições das editoras, comentado por Robyns e Kempinen em seus trabalhos. Pelo contrário, a “promoção literária” do mesmo texto vai exigir automaticamente uma retradução muito mais “respeitosa” (orientada à fonte)³¹, como no caso de *O Falcão Maltês*, de Dashiell Hammett para o espanhol, que foi sujeito a uma condensação limitada em sua primeira versão espanhola (Casas, 1933) e que agora recebe um tratamento muito conservador, como evidenciado em duas outras traduções do romance.

A natureza do ICE

O termo “item cultural-específico” foi escolhido para salientar o fato de que um problema de tradução sempre existe em uma situação concreta entre duas línguas e dois textos. Quando falo da natureza do ICE, quero dizer o tipo e largura da lacuna intercultural, antes da contextualização concreta do ICE acontecer, dadas as tradições intertextuais e possíveis coincidências linguísticas.

Traduções pré-estabelecidas

Da mesma forma que há nomes de personagens ficcionais e não ficcionais, há pessoas que adquiriram a tradição intertextual da cultura da língua alvo. Nesses casos, o tratamento na tradução vai geralmente quebrar a norma aplicada aos que tiverem aparecido mais recentemente, pois a existência prévia de uma tradução socialmente

aceita de qualquer ICE (como geralmente acontece no caso de importantes instituições e topônimos na cultura da língua alvo) vai geralmente forçar uma tradução concreta (por exemplo, *UNO* → *ONU*, mas *UNICEF* → *UNICEF*, e *NATO* → *NATO* enquanto a Espanha não fazia parte deste, mas agora chama-se *OTAN*).

Nesta conexão, o fenômeno pertinente será, na verdade, o desvio da tradição em virtude de alguma nova norma tradutória, cuja força crescente impulsiona a mudança de um hábito coletivo. Assim, atualmente o critério nacionalista parece favorecer tentativas de retornar ao termo “original” para topônimos, sobretudo quando estes não estiverem fortemente enraizados na intertextualidade da língua alvo; e mais atualmente, a volta à denominação da língua local – como a única língua oficial em toda a nação – de alguns topônimos na quase federada Espanha. Podemos encontrar mais provas disso na mudança sofrida por frases como “Castelo St. Angelo” na tradução que estudaremos, que se tornou “*Castillo de San Angel*” (*Castle of Saint Angel*) nas duas primeiras traduções (1933 e 1969), mas “*Castillo de Sant’Angelo*” em uma versão ainda mais italiana que a original, na última tradução em 1992.

Transparência do ICE

Este é um fator que pode explicar muitos exemplos de tradução supostamente incoerentes. Tradutores que escolheram, a princípio, modificar os ICEs, podem mudar de ideia quando sua tradução linguística for estilisticamente aceitável e facilmente compreensível para seus leitores na língua alvo³².

Reciprocamente, a extrema opacidade do ICE oferece uma cadeia de possibilidades que vai desde a eliminação, devido à falta de compreensão pelos próprios tradutores, à repetição com a subsequente “exotização”.

Status ideológico

Um ICE pode ser compartilhado por ambos os sistemas culturais quanto a sua existência, mas não quanto ao seu uso ou valor social. Isso pode ser um fator importante quando se tenta explicar mudanças e eliminações em que os tradutores

mudam as estratégias escolhidas para evitar inconveniências ou redundâncias que eles pensam que seus leitores não aceitarão facilmente.

Referências a terceiras partes

As referências a ICEs pertencentes a culturas terceiras são um caso especial por si só e deveriam ser tratados como tais. ICEs transnacionais (como instituições compartilhadas por diversos países) são particularmente interessantes e geralmente têm traduções fortemente pré-estabelecidas, como é o caso de algumas abreviações que já mencionamos.

Neste parágrafo, podemos incluir também referências no texto fonte a itens culturais e/ou linguísticos pertencentes à cultura da língua alvo. Em alguns casos, há explicações do texto fonte sobre eles, os quais são candidatos naturais (e frequentes) à eliminação no texto alvo, pois, por exemplo, explicar que Sevilha é no sul da Espanha, poderia ser percebido como um insulto ao leitor espanhol comum.

Parâmetro intratextual

No texto, o tratamento de um ICE também depende da função textual que ele tem no texto fonte, assim como a situação em que se encontra. A função do item traduzido no texto alvo não precisa obviamente ser a mesma que no original (começando com a possibilidade de eliminação), mas há uma tendência a isso. Dessa forma, a margem de liberdade dada ao tradutor vai sem dúvida ser influenciada, principalmente por razões que envolvem a credibilidade e a coerência interna da tradução.

Nesse sentido, A. Kemppinen afirma que mesmo nos casos de condensações massivas, como aquelas exigidas dos tradutores de romances românticos para o finlandês, também é esperado “que nenhuma passagem confusa ou absurda seja formada como resultado de omissões, que todos os nomes, acontecimentos e marcações de tempo contem”. Parece óbvio que isso implique uma seleção do que é eliminado, tomando como principal critério sua relevância e/ou recorrência no texto fonte, apenas para alcançar o máximo efeito com o mínimo esforço – sempre com a

exceção de itens inaceitáveis na tradição textual receptora, como mostrado pelo fato de que itens como a transcrição de variações dialetais tendem a desaparecer em traduções espanholas, independente de sua importância no texto fonte.

Consideração cultural no texto fonte

Em alguns casos, os ICEs são também específicos no texto fonte, como acontece com muitas referências técnicas, minoritárias ou transnacionais. Portanto, é comum encontrar comentários intratextuais no texto fonte. Esta circunstância geralmente implica em uma diferença importante na tradução, e de fato em um candidato nítido para, digamos, a eliminação que pode ser mantida por essa razão.

Relevância

Um fator que tende a influenciar o tratamento de um ICE é sua importância para a compreensão e credibilidade do texto ou uma de suas passagens. A centralidade textual de um ICE será geralmente uma força que impulsiona o tradutor a conferir o maior grau possível de conservação (pode haver outros fatores contra isso, como as traduções pré-estabelecidas ou considerações ideológicas).

Recorrência

Este fator textual é ligado à relevância. Quanto mais frequente for um ICE, maiores as chances de ele aparecer com um maior grau de conservação no texto alvo (com as mesmas reservas do caso anterior e, até o ponto que interessa, como sempre quando se fala sobre tradução).

Além disso, o fato recorrente oferece uma variante interessante ligada às exigências linguísticas do polo receptor. Contrariamente aos países falantes de inglês, cuja gramática pede constantes repetições léxicas, começando com a necessidade de fazer o sujeito explícito em todas as sentenças, na Espanha – e em outros países³³ – um dos parâmetros tradicionais de “bom estilo” e algo que foi e ainda é parte do que os leitores exigem de um texto para que este pareça “um original”, é evitar repetições de itens carregados ou desnecessários, muito próximos uns aos outros. Os ICEs não estão

todos livres de normas estilísticas, cujos efeitos se manifestam de duas formas básicas: eliminação e sinônimos.

Coerência do texto alvo

Quando o tradutor decide aplicar uma estratégia particular em um ICE, sua próxima aparição geralmente receberá um tratamento análogo. Assim, frequentemente, nós teremos que procurar explicação não no caso atual, mas no(s) anterior(es). Mesmo quando a estratégia for diferente, a aparição prévia pode ser facilmente uma parte importante da explicação, como de fato acontece, por exemplo, no caso de comentários extratextuais nos quais os tradutores recorrem somente na primeira vez em que o ICE aparece no texto.

Análise de três traduções de *O Falcão Maltês*

Nesta seção, tentarei fazer uma breve análise da manipulação cultural sofrida por um romance em três traduções separadas por períodos de, aproximadamente, trinta anos. O volume de dados que obtive é, claramente, muito pequeno para permitir conclusões gerais em nível histórico e genérico. Portanto, o objetivo deste estudo é mostrar que a manipulação cultural realmente acontece, que a princípio ela é mais marcada no campo de expressões comuns (ao contrário de nomes próprios) e que os tradutores tendem a agir de uma forma que podemos descrever como sistemática, em vez de idiossincrática.

As versões de *O Falcão Maltês* (1930) que estudei foram aquelas traduzidas por F. de Casas Gancedo (1933) [*El halcón del rey de España*. (“*The falcon of the king of Spain*”) Madrid: Dédalo, 1933]; por Fernando Calleja (1969) [*El halcón maltés*. (“*The Maltese Falcon*”) Madrid: Alianza Editorial, 1969 e Barcelona: Mundo Actual de Ediciones, 1981]; e por Francisco Páez de la Cadena (1992) [*El halcón maltés*. Madrid: Debate, 1992]. Daqui em diante, vou me referir a eles como Casas 1933, Calleja 1969 e Páez 1992, respectivamente. Assim como fiz com a cadeia de estratégias tradutórias que poderiam ser aplicadas em ICEs, vou oferecer uma retradução para o inglês,

palavra por palavra, sempre que citar exemplos em que a tradução não é uma mera repetição.

De um ponto de vista supratextual, há uma diferença muito clara entre a tradução de Casas 1933 e as outras duas. Casas 1933 foi publicado em uma edição brochura barata (do tipo que é vendido tipicamente em bancas de jornais, ao invés de livrarias, na Espanha), como parte de uma coleção intitulada “*Selección Policíaca*” (Seleção de Detetive). Além de mencionar o nome do tradutor e do autor, Casas 1933 fornece somente o corpo do texto, omitindo a dedicação e qualquer comentário sobre o autor ou o seu trabalho. Isso põe a obra no mesmo nível de todas as outras histórias de detetive que tiveram, tradicionalmente, um status literário muito baixo. Este tratamento do trabalho como um exemplo de literatura popular é mostrado, claramente, em dois traços da tradução:

(a) o grande número de eliminações de trechos, geralmente curtos e descritivos, especialmente aqueles em diálogos; e aqueles relacionados à abundância de detalhes espaciais, os quais são tão característicos no tipo de ficção de detetive criado por Hammett; e

(b) a tendência muito curiosa de “esquentar” as cenas com algum tipo de toque sexual nelas (aqui está uma amostra: a frase curta “*She thrust her face forward and stared deep into his eyes*” se torna ‘*Avanzó hacia él, mirándole con ardimiento, pidiendo caricias y amor con todos los movimientos de su cuerpo; [...]*’ (página 193) (*She advanced towards him, looking with ardour, asking for caresses and love with all the movements of her body*). Tal estratégia parece procurar aumentar o apelo do livro para o leitor comum desta obra, que pertence a um público popular, sem tempo para sutilezas literárias, detalhes ou personagens complexos, e que prefere que sua experiência de leitura seja intensa.

As outras duas traduções estão inclusas em coleções literárias de prestígio, na companhia de outros autores cânones de vários países, incluindo a Espanha. A princípio, isso coloca o público deles na gama cultural de média a alta. Calleja 1969 também inclui um prefácio laudatório de Luis Cernuda, um dos poetas espanhóis mais importantes do século XX, o que acrescenta ao texto um status canônico. Páez 1992 é

uma edição de capa dura, parte de uma coleção chamada simplesmente de “*Literatura*”, que também relata algumas informações acadêmicas sobre o autor na capa do livro. Em ambos os casos, as eliminações são mantidas ao mínimo, tanto em quantidade, quanto no tamanho dos trechos eliminados. Destes, a maioria parece ser resultado de distração da norma tradutória (como definido pelas convenções literárias do polo alvo) que desaconselha a repetição – embora este último critério seja raramente usado em ambas as traduções.

Esta diferença na abordagem da publicação parece sugerir que o crime de ficção na Espanha experimentou um desenvolvimento em seu status cultural ou centralidade literária, um processo de canonização que, como já mencionei, implicaria em uma mudança para as estratégias tradutórias mais conservadoras frente ao mundo cultural original, como de fato acontece nas traduções que estudo aqui. Esta ideia é reforçada na tradução do título em si, que nas versões posteriores não é somente uma tradução direta do inglês, mas ignora totalmente a tradução proposta na primeira edição. Se Casas 1933 tivesse entrado solidamente no corpus literário espanhol central, teria sido bastante difícil ignorar tal referência pré-estabelecida, devido à familiaridade presumida do leitor espanhol com o título.

Para terminar esta discussão da canonização de crime de ficção, também pode ser útil mencionar a inexistência de um gênero comparável na Espanha até os anos 60 e, com alguma força, nos anos 80³⁴. Atualmente há, no entanto, congressos anuais sobre escritores deste tipo de romance e os suplementos culturais dos jornais de mais prestígio prestam tributo de várias páginas para figuras como Hammett (por exemplo, “Babelia”, suplemento cultural do jornal *El País*, 21 de maio, 1994).

Ao fator da (não) canonização, que justifica completamente a intensidade de eliminações em Casas 1933, semelhante àqueles registrados por Robyns para a tradução de “*Série Noire*” na França, entre 1955 e 1970, devemos acrescentar a perspectiva histórica. Por muitos anos, a Espanha tem sido um país fortemente caracterizado por uma atitude muito defensiva em relação à sua língua, com (até recentemente) a poderosa Academia Real de Língua liderando o movimento de uma maneira que lembra a atitude semelhante da *Académie* francesa, que foca seus

esforços em naturalizar todas as influências estrangeiras o máximo possível. Essa atitude, mesmo que tenha estado em um claro declínio ao longo dos últimos anos, estimula a eliminação no processo de domesticação cultural.

Finalmente, é necessário dizer que a hegemonia cultural nos EUA estava apenas começando nos anos 30 e que não havia um contato especialmente importante, ou evolução paralela entre as duas culturas. Consequentemente, havia um fator importante de inaceitabilidade ou opacidade – as duas são quase idênticas no caso da maioria das obras não canônicas – em um grupo de ICEs que eram, então, muito mais exóticos que agora. Isso é claramente mostrado em *Casas 1933*, pela mudança em itálico de termos como *golf* ou *whisky* (“*whiskey*” no original, também transformado nos outros dois romances em “*whisky*”, muito mais transparente e reconhecível, mas em tipo romano).

O fato de que este estudo se restringe a diversas traduções de um único texto fonte implica na vantagem de que a maioria dos fatores relacionados ao parâmetro intratextual e, em grau menor à natureza dos ICEs, é idêntica nas três versões. A consequência disso é que os diferentes tratamentos estão muito mais diretamente ligados às normas tradutórias de cada período e à atitude relacionada ao texto fonte como um texto mais ou menos canônico.

Para descrever o tratamento dos ICEs, considerei cada item diferente como uma potencialidade cultural específica no texto fonte, e quantifiquei cada ICE com um tratamento diferente no texto alvo, incluindo aqueles eliminados e, automaticamente, criados pelo tradutor. No decorrer desse processo de “pêndulo” entre os textos fonte e alvo, descartei repetições do mesmo tratamento de ICEs no texto alvo em razão de que essas repetições só adulterariam os resultados finais, já que as porcentagens seriam fortemente influenciadas pelo número de vezes que os itens-chaves, como os nomes dos personagens principais, são repetidos.

Ademais, o total de ICEs potenciais diferenciados que aparecem no texto fonte (226 para nomes próprios e 57 para expressões comuns) oferece uma gama de possibilidades que dá cobertura representativa à toda diversidade de estratégias tradutórias que, a princípio, podem ser usadas para resolver esse problema tradutório.

Este método oferece uma vantagem adicional que também nos permite estabelecer claramente o fator de variabilidade no tratamento de ICEs. Por exemplo, a porcentagem de vezes que o tradutor recorreu a diferentes estratégias para traduzir o que, fora de contexto, é o mesmo ICE no texto fonte. Esta porcentagem é coerente com os comentários que já fiz sobre as três versões. No que diz respeito aos nomes próprios (226 no texto fonte), temos 11,4% (255 tratamentos diferenciados) de variabilidade em Casas 1933, ao contrário de 2,6% (232) e 1,3% (229) em Calleja 1969 e Páez 1992, respectivamente. Enquanto para expressões comuns (57 no texto fonte) encontramos 14,9% (67 tratamentos diferenciados) em Casas 1933 e 3,4% (59 ICEs diferentes) nas outras duas versões.

Podemos estimar as porcentagens de cada estratégia tradutória comparado ao total de ICEs diferenciados em cada texto alvo, e como acabamos de ver, esse total é muito similar nas duas últimas traduções. Estas contêm uma soma um pouco menor de diferentes ICEs que aqueles encontrados em Casas 1933, cuja importante diferença entre ICEs potenciais no texto fonte e ICEs tratados no texto alvo confirma que nesta tradução, a hegemonia cultural é concedida ao polo receptor, ao contrário das versões muito mais conservadoras de Calleja 1969 e Páez 1992.

A conclusão, baseada na conservação/substituição de nomes próprios e a sua divisão nas diferentes estratégias tradutórias, é a grande semelhança no tratamento de nomes próprios nas duas últimas versões. Parece que as normas tradutórias para a literatura adulta são extremamente fortes e coerentes neste campo, com uma mudança em relação à conservação radical, que é geralmente colocada em torno dos anos 50, na Espanha.

Casas 1993 é uma questão totalmente diferente. Suas eliminações de 18,8% de nomes próprios (principalmente dos mais opacos ou daqueles em situações textuais secundárias, por exemplo, aqueles com uma importância secundária para a compreensão do texto ou do desenvolvimento da trama) são de grande importância para o equilíbrio de conservação/substituição. A isso devemos acrescentar o fato de que os nomes próprios com uma carga funcional que transcende a mera designação individual tendem a desaparecer quando são opacos, ou se transformam em

expressões comuns (em um processo de universalização absoluta), de forma que possam denotar seu significado, ao invés de conotá-lo (por exemplo, “*he did a short hitch in Joliet*” se torna “*salió otra vez de la cárcel*” [*he came once more out of jail*] Casas 1933: 128). Este procedimento é também usado nas outras duas traduções, especialmente em Calleja 1969, mas em grau muito menor.

Finalmente, as disparidades remanescentes entre essa e as outras duas traduções são explicadas em relação a mais três fatores:

(a) a tradução de nomes cristãos de personagens ficcionais que têm nomes “traduzíveis”, entendendo essa última noção do ponto de vista da tradução, por exemplo, quando o nome inglês compartilha a mesma raiz com a contrapartida espanhola, uma norma tradutória que só sobrevive virtualmente em gêneros secundários, como a literatura infantil, na Espanha. Nesta literatura, a estratégia de naturalização de nomes próprios pode cobrir todos os nomes próprios, independente de terem raiz comum ou não, mostrando mais uma vez que é o polo receptor que dita as normas e restrições que estão preparados para aceitar do texto fonte;

(b) a sinonímia, exclusiva dessa tradução (as outras duas recorrem – raramente – à eliminação para evitar redundância), o que também confirma a hegemonia dos valores estilísticos dominantes naquele ponto da história no polo alvo, opostos àqueles que aparecem no texto fonte; e

(c) a estratégia de criação autônoma (cinco exemplos encontrados para nomes próprios e dois para expressões comuns), também exclusiva a essa versão.

As “expressões comuns” (ao contrário dos nomes próprios) são muito mais passíveis a estratégias de substituição, por exemplo, à domesticação cultural. Nesse sentido, parece útil prestar atenção no que poderia ser descrito como um deslize das estratégias tradutórias com relação ao polo de manipulação cultural, mais particularmente nas duas últimas traduções, em que podemos perceber uma mudança evidente na estratégia dominante, que era a repetição no caso dos nomes próprios, tornando-se tradução linguística nas expressões comuns.

Casas 1933 escolhe a domesticação e, constantemente, recorre à eliminação e à universalização absoluta (mais de 60% entre ambas as estratégias) para resolver os

problemas de assimetria cultural entre os dois tipos de leitor comum – e esses problemas de assimetria, não podemos esquecer, devem ter sido muito mais comuns nos anos de 1930 do que agora, dada a falta de contato intenso entre as duas comunidades. O resultado é que ele introduz personagens que comem, dirigem e cumprimentam, ou têm um tipo de relação com autoridades perfeitamente assimiláveis pelos leitores de seu tempo. Logo, esses leitores não tinham que fazer grandes esforços para apreciar o texto como se fosse *um* original e, nesse caso, apreciar o tipo de detetive “original” que eles eram habituados a consumir. Ao mesmo tempo, a cor local e, com isso, a dose necessária (porque comercial) de exotismo é ainda mantida por meio de uma estratégia global muito mais conservadora no caso dos nomes próprios. Em suma, temos um romance no qual o leitor – que a princípio não tem acesso ao texto fonte – percebe a estrangeiridade por meio da maioria dos nomes de lugares e pessoas. Ao mesmo tempo, os personagens principais se movem por aquelas ruas com nomes em inglês e conversam entre si, usando sobrenomes que pelo menos tendem a ser em inglês, mostrando um tipo de comportamento que, paradoxalmente (para nós), tende à neutralidade de um ponto de vista sociocultural.

As duas traduções mais recentes exibem um grande grau de coerência mútua, já que elas mantêm seus resultados globais em uma margem de 5% de diferença, o que é muito semelhante à margem mostrada para nomes próprios. Isso parece dar suporte à ideia de que a idiosincrasia do tradutor atua no campo de soluções particulares, mas tende a ser anulada quando consideramos a obra como um todo, já que o impulso dominante é tomado pelas normas de tradução ou de aceitabilidade ditadas pelo polo receptor.

O tratamento de expressões comuns em Calleja 1969 e Páez 1992 oferece um grau de conservação de, aproximadamente, dois terços dos ICEs, o que, mesmo sendo menor que os 90% dos nomes próprios – que estão sujeitos a uma tradição e normas tradutórias mais fortes – confirma a ideia de que o texto fonte alcançou o status canônico entre a primeira tradução e as últimas. A canonização implica então em um aumento na aceitabilidade das restrições colocadas pelo texto fonte, e assim este se torna muito mais importante para se manter no texto alvo resultante, desde que os

tradutores mantenham um grau mínimo de compreensibilidade para o leitor comum de seu texto. Esse grau mínimo vai variar dependendo do leitor comum para quem a tradução está direcionada.

Vamos, finalmente, comparar alguns exemplos significantes. A frase “*ate pickled pigs’ feet*” é eliminada em Casas 1933 que simplesmente afirma que eles comeram juntos, enquanto é traduzida linguisticamente nas outras duas como “*manos de cerdo en escabeche*” (*hands of pig in pickle*) em Calleja 1969 e “*manitas de cerdo escabechadas*” (*little hands of pig pickled*) em Páez 1992. Por outro lado, quando se descreve a forma do pacote no qual o falcão maltês finalmente aparece no romance, Hammett diz que era “*an ellipsoid somewhat larger than an American football*”. Casas 1933 recorre de novo à eliminação, afirmando que era “*un paquete de forma ovalada*” (*a package of oval form*); é linguisticamente traduzido em Calleja 1969 como “*una pelota de fútbol americano*” (*a ball of American football*) e é explicado por meio de outro ICE, por exemplo, sujeito à universalização limitada em Páez 1992 como “*un balón de rugby*” (*a ball of rugby*).

O volume de dados estudados aqui é certamente muito pequeno para permitir conclusões globais sobre normas tradutórias em qualquer período, mesmo para esse gênero literário. Entretanto, essa análise parece concordar com observações feitas por outros estudiosos de tradução, como Lefevere, Toury ou Even-Zohar, que sugerem que a posição central ou periférica de uma obra no corpus receptor é um fator crucial na tradução. Além disso, também se confirmam as intuições de que as normas tradutórias são, atualmente, pelo menos na Espanha e em outros poucos países, muito intensas e conservadoras para obras canônicas, e que o campo de expressões comuns é muito mais passível à domesticação cultural. De qualquer forma, deve estar claro agora que é o polo receptor que decide em cada período histórico se, e em qual medida, aceitar as restrições que, a princípio, estão contidas em qualquer texto fonte³⁵.

Referências bibliográficas

FRANCO AIXELÁ, J. Culture-specific Items in Translation. In: VIDAL, C. & ÁLVAREZ, R. (eds.). **Translation, power, subversion**. Clevedon: Multilingual Matters, 1996. p. 52-78.

Notas

¹ TOURY, Gideon. **In Search of a Theory of Literary Translation**. Tel Aviv: Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980. The Nature and Role of Norms in Literary Translation, p. 51-62; e HOLMES, James S. **Translated Papers on Literary Translation & Translation Studies**. Amsterdam: Rodopi, 1988. Rebuilding the Bridge at Bommel: Notes on the Limits of Translatability, p. 47-50.

² MOUNIN, Georges. **Les problèmes théoriques de la traduction**. Paris: Gallimard, 1967 [1963].

³ Holmes, *art. cit.*, p. 51; e SNELL-HORNBY, Mary. **Translation Studies. An Integrated Approach**. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 1-2.

⁴ LEFEVERE, André. Why Waste Our Time on Rewrites. The Trouble with Interpretation and the Role of Rewriting in an Alternative Paradigm'. In: HERMANS, Theo (ed.). **The Manipulation of Literature**. London: Croom Helm 1985. p. 239; e DELABASTITA, Dirk. **There's a Double Tongue. An Investigation into the Translation of Shakespeare's Wordplay**. Tese (Doutorado) não publicada. 1990, pp. 33-4.

⁵ VENUTI, Lawrence. **Rethinking Translation: Discourse, Subjectivity, Ideology**. London: Routledge, 1992. Introduction, p. 5.

⁶ EVEN-ZOHAR. **Introduction to a Theory of Literary Translation**. Tese (Doutorado) não publicada. Citado por DELABASTITA, Dirk. **There's a Double Tongue. An Investigation into the Translation of Shakespeare's Wordplay**. Tese (Doutorado) não publicada. 1990, p. xviii.

⁷ TOURY, Gideon. **In Search of a Theory of Literary Translation**. Tel Aviv: Porter Institute for Poetics and Semiotics, 1980. Contrastive Linguistics and Translation Studies, p. 25.

⁸ YEBRA, García. **En torno a la traducción**. Madrid: Gredos, 1988 [1983], p. 319.

⁹ VENUTI, Lawrence. *op. cit.*, p. 5.

¹⁰ HATIM, Basil; MASON, Ian. **Discourse and the Translator**. London: Longman, 1990. p. 191; Julio Llamazares, 'Modernos y elegantes', *El País*, 13 May 1993, p. 15.

¹¹ BÖDEKER, Birgit. Terms of Material Cultures in Jack London's The Call of the Wild and Its German Translations. In: FRANK, Armin P.; KITTLE, Harald (eds). **The Interculturality and the Historical Study of Literary Translations**. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1991. p. 65-9.

¹² HOLMES, James S. **Translated! Papers on Literary Translation & Translation Studies**. Amsterdam: Rodopi, 1988. The State of Two Arts, p. 48-9.

¹³ PAZ, Octavio. **Traducción: literatura y literalidad**. Barcelona: Tusquets, 1990 [1970]. Traducción: literatura y literalidade, p. 9-12.

¹⁴ NEWMARK, Peter. **Approaches to Translation**. Oxford: Pergamon Press, 1984 [1981], p. 70-83.

¹⁵ SNELL-HORNBY, Mary, *op. cit.*, p. 42; cf. TOURY, A Rationale for Descriptive Translation Studies. In: HERMANS, Theo (ed.). **The Manipulation of Literature**. London: Croom Helm, 1985. p. 28.

-
- ¹⁶ BÖDEKER, Birgit; FRANK, Armin P. Trans-culturality and Inter-culturality in French and German Translations of T.S. Elliot's *The Waste Land*. In: FRANK, Armin P.; KITTLE, Harald (eds). **The Interculturality and the Historical Study of Literary Translations**. Berlin: Erich Schmidt Verlag, 1991. p. 50-1.
- ¹⁷ Cf. Even-Zohar, 'Reality' and Realemes in Narrative. *Poetics Today* 11, 1 (1980, 1990), p. 209.
- ¹⁸ PERES, Ramón D. **Prólogo del traductor para la primera edición**. In: KIPLING, Rudyard. *El libro de las tierras vírgenes*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980 [1904]. p. v-xiv.
- ¹⁹ HERMANS, Theo. On Translating Proper Names, with Reference to De Witte and Max Havelaar. In: Michael Wintle (ed.). **Modern Dutch Studies**. London: Athlone, 1988. p. 11-13.
- ²⁰ HOLMES, James S. **Translated! Papers on Literary Translation & Translation Studies**. Amsterdam: Rodopi, 1988. Rebuilding the Bridge at Bommel, p. 48-9.
- ²¹ DELABASTITA. **Translation and Mass-Communication**, p. 206.
- ²² HOLMES. **Translated! Papers on Literary Translation & Translation Studies**. Amsterdam: Rodopi, 1988. Rebuilding the Bridge at Bommel, p. 47-8.
- ²³ HERMANS, Theo Hermans. Translational Norms and Correct Translations. In: LEUVEN-ZWART, K.M. Leuven-Zwart; NAAJKENS, T. (eds). **Translation Studies: The State of the Art**. Amsterdam: Rodopi, 1991. p. 163-4.
- ²⁴ On the notion of transparency, cf. Newmark, **Approaches to Translation**, p. 78
- ²⁵ BEN-ARI, Nitsa Ben-Ari. **Didactic and Pedagogic Tendencies in the Norms Dictating the Translation of Children's Literature: The Case of Postwar German-Hebrew Translations**. *Poetics Today* 13, 1 (1992), p. 221-30.
- ²⁶ LEFEVERE, André. **Holy Garbage, tho' by Homes cook't**. In: *TTR* 1, 2 (1988). p. 19.
- ²⁷ Gaviota, editora. Normas generales a tener en cuenta por los traductores. Circular não publicada.
- ²⁸ The Normative Model of Twentieth Century Belles Infidèles. Detective Novels in French Translation. *Target* 2, 1 (1990), pp. 23-42.
- ²⁹ KEMPINNEN, Anne Kempinnen. Translating for Popular Literature with Special Reference to Harlequin Books and Their Finnish Translations. In: CONDIT, S; TIRKKONEN-Condit (eds). **Empirical Studies in Translation and Linguistics**. Joensuu: University of Joensuu, 1989. p. 113-37.
- ³⁰ DELABASTITA, **Translation and Mass-Communication**, p. 197-8.
- ³¹ LEFEVERE. Why Waste Our Time on Rewrites. In: HERMANS, Theo Hermans. **The Manipulation of Literature**. p. 236.
- ³² CALLEJA, Maria Antonia Álvarez. **Estudios de la traducción**. Madrid: UNED, 1991, p. 226.
- ³³ TOURY, Gideon. What Are Descriptive Studies into Translation Likely to Yield apart from Isolated Descriptions? In: LEUVEN-ZWART, K.M; NAAJKENS, T. **Translation Studies: The State of the Art**. Amsterdam: Rodopi, 1991. p. 188.
- ³⁴ PARGA, Salvador Vázquez de. **Los mitos de la novela criminal**. Barcelona: Planeta, 1981, p. 291-5.